

Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

*Doutorando e Mestre Magna cum Laude em Direito Privado,
com ênfase em Direito do Trabalho, pela Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais (PUC Minas) – CAPES 6. Detentor do Título de Especialista em
Medicina do Trabalho – ANAMT/AMB. Especialista em
Direito do Trabalho, Direito Civil e Direito Previdenciário – PUC Minas.
Especialista em Medicina do Trabalho – FCMMG. Especialista em Direito
Médico – Universidade de Araraquara. Bacharel em Direito
(PUC Minas) e Graduado em Medicina (UNINOVAFAP). Médico do Trabalho.
Advogado. Professor universitário. Pesquisador. Palestrante.*

Direitos Fundamentais do Trabalho



LTR®



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571

CEP 01224-003

São Paulo, SP — Brasil

Fone: (11) 2167-1101

www.ltr.com.br

Agosto, 2017

Versão impressa: LTr 5730.8 — ISBN 978-85-361-9199-7

Versão digital: LTr 9191.2 — ISBN 978-85-361-9314-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Soares, Saulo Cerqueira de Aguiar

Direitos fundamentais do trabalho / Saulo Cerqueira de Aguiar
Soares. — São Paulo : LTr, 2017.

Bibliografia.

1. Direito do trabalho 2. Direito internacional do trabalho 3. Direito
previdenciário 4. Mercosul I. Título.

17-02635

CDU-34:331(8)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito do trabalho : Mercosul 34:331(8)
2. Mercosul : Direito do trabalho 34:331(8)

Sumário

Prefácio.....	11
Nota do Autor	13
Introdução	15
Capítulo 1 — Os Direitos Fundamentais	18
1.1. Aspectos terminológicos e conceituais	19
1.2. O princípio e a regra da dignidade da pessoa humana.....	21
1.3. Teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy	23
1.3.1. A estrutura das normas de direitos fundamentais.....	24
1.3.2. Direitos fundamentais como direitos subjetivos.....	25
1.4. Direitos fundamentais de primeira dimensão.....	26
1.5. Direitos fundamentais de segunda dimensão	26
1.6. Direitos fundamentais de terceira dimensão.....	28
1.7. Direitos fundamentais de quarta dimensão	28
1.8. Direitos fundamentais de quinta dimensão	29
1.9. Críticas ao sistema dimensional/geracional de direitos fundamentais.....	29
1.10. A doutrina social da Igreja e os direitos fundamentais.....	30
Capítulo 2 — Os Direitos Fundamentais do Trabalho no Brasil	36
2.1. O trabalho como direito humano e fundamental.....	41
2.2. As funções dos direitos fundamentais dos trabalhadores	42
2.3. Os direitos fundamentais do trabalho nas Constituições Brasileiras.....	43
2.4. Os direitos fundamentais do trabalho.....	45
2.4.1. Direito fundamental ao trabalho.....	45
2.4.2. Direito fundamental a um emprego protegido contra a despedida injustificada	48
2.4.3. Direito fundamental à retribuição digna	51
2.4.4. Direito fundamental à liberdade sindical.....	51
2.4.5. Direito fundamental à negociação coletiva.....	52
2.4.6. Direito fundamental de greve.....	53

2.5. Os direitos fundamentais inespecíficos do trabalho: cidadania e democracia na empresa.....	54
2.5.1. Direito fundamental à igualdade.....	54
2.5.2. Direito fundamental à proibição à discriminação	55
2.5.3. Direito fundamental à intimidade e à vida privada.....	61
2.5.4. Direito fundamental à informação ambiental trabalhista	63
2.5.5. Direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa.....	66
2.5.6. Direito fundamental ao lazer	67
2.6. Da proibição de retrocesso ao princípio da progressividade dos direitos sociais dos trabalhadores	68
2.7. Meio ambiente do trabalho e a saúde do trabalhador como direito fundamental ...	69
2.7.1. O acidente do trabalho como violação à Lei Ambiental	73
2.7.2. A tutela do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador.....	75
2.7.3. O direito à saúde mental do trabalhador como direito fundamental.....	81
2.7.4. Garantia de indenidade	87
2.8. Organizações promotoras dos direitos fundamentais do trabalho	88
2.8.1. Justiça do Trabalho.....	89
2.8.2. O Ministério Público do Trabalho e a tutela jurisdicional dos direitos fundamentais do trabalho no Brasil.....	94
2.8.3. Auditoria-Fiscal do Ministério do Trabalho e Previdência Social.....	96
2.8.4. Organização Internacional do Trabalho (OIT)	98
2.8.5. Sindicatos	102
Capítulo 3 — A Eficácia dos Direitos Fundamentais.....	106
3.1. A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais	106
3.2. Concepções clássicas	108
3.3. Eficácia vertical dos direitos fundamentais	109
3.4. Eficácia horizontal	110
3.4.1. As teorias da eficácia horizontal.....	110
3.4.1.1. Teoria da eficácia indireta ou mediata	111
3.4.1.2. Teoria da eficácia direta ou imediata.....	111
3.5. Eficácia diagonal.....	112
3.5.1. Eficácia diagonal dos direitos fundamentais nas relações trabalhistas	113
3.5.2. Limitações ao poder do empregador frente à eficácia diagonal dos direitos fundamentais	115
Capítulo 4 — O MERCOSUL	117
4.1. A integração na América do Sul e na América Latina	119
4.2. Origem do Mercado Comum do Sul.....	121

4.3. Estados Partes e Estados Associados.....	122
4.4. Estrutura Orgânica	124
4.4.1. Conselho do Mercado Comum (CMC)	124
4.4.2. Grupo Mercado Comum (GMC).....	125
4.4.3. Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)	126
4.4.4. Comissão Parlamentar Conjunta (CPC).....	127
4.4.4.1. Parlamento do MERCOSUL	127
4.4.5. Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)	129
4.4.6. Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM)	129
4.5. A cláusula democrática do MERCOSUL.....	130
4.6. O MERCOSUL e o direito do trabalho	131
4.7. A Declaração Sociolaboral do MERCOSUL de 2015.....	133
4.8. A proteção previdenciária no Acordo Multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL	146
4.9. Carta Sociolaboral Latino-Americana	148
Capítulo 5 — Constitucionalismo Social no MERCOSUL.....	150
5.1. A Constituição da Argentina.....	151
5.1.1. A formação institucional argentina e as constituições argentinas.....	153
5.1.2. O art. 14 bis	154
5.1.3. Legislação infraconstitucional trabalhista na Argentina.....	156
5.2. Constitucionalismo social no Paraguai.....	159
5.2.1. A Constituição de 1992 e os direitos trabalhistas	160
5.2.2. Legislação infraconstitucional trabalhista no Paraguai.....	161
5.3. A Constituição do Uruguai.....	162
5.3.1. A Constituição de 1967 e os direitos sociais.....	162
5.3.2. Legislação infraconstitucional trabalhista no Uruguai	163
5.4. A Constituição da Venezuela.....	164
5.4.1. Legislação infraconstitucional trabalhista na Venezuela	166
Capítulo 6 — Direito de Integração do Trabalho no MERCOSUL	170
6.1. A harmonização do direito do trabalho no MERCOSUL	171
Capítulo 7 — Conclusão.....	175
Referências Bibliográficas	179
Anexo A — Declaração da OIT Sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento	197

Anexo B — Declaração Sociolaboral do MERCOSUL de 2015.....	201
Anexo C — Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e Seu Regulamento	213
Anexo D — Regulamento Administrativo para a Aplicação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul.....	219
Anexo E — Carta Sociolaboral Latino-Americana — Declaração do México — Rumo a uma Sociedade Planetária com Inclusão Social	223